



A POLÊMICA INDIGENISTA NORTE-AMERICANA NAS PÁGINAS DA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA (1942-1945)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3522

Guilherme Gomes dos Santos, (UEM)

Resumo

Nossa pesquisa consistiu em uma análise historiográfica de uma polêmica travada entre indigenistas e antropólogos norte-americanos através da revista *América Indígena*, órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano, entre 1942 e 1945. A polêmica consistiu em um intenso debate protagonizado, de um lado, pelos antropólogos estadunidenses Sol Tax e Robert Redfield e, de outro, pelos intelectuais estadunidenses ligados ao indigenismo oficial, John Collier, que era o comissário do Indian Affairs e Emil J. Sady, representante do órgão oficial estadunidense na América Latina, ambas figuras ligadas à criação do Instituto Indigenista Interamericano.

A discussão girou em torno da reivindicação da autoridade científica sobre os assuntos indígenas. Buscando descaracterizar o campo indigenista como científico, os antropólogos realizaram duras críticas, destacando a suposta contradição da atuação indigenista, entre o ideal de preservação e o de melhoramento da condição de vida dos povos indígenas. No entanto, analisamos que a discussão acabou desembocando em um debate mais amplo acerca da definição da ciência e do seu papel na sociedade. Nossa pesquisa buscou analisar a referida polêmica a partir dos referenciais metodológicos da História Intelectual, tendo em vista o caráter do debate e o da própria publicação que nos serviu de fonte, visto que se tratava de uma revista publicada por intelectuais de todo o continente.

Palavras Chave:

Indigenismo;
Intelectuais; América
Indígena.

Introdução/Justificativa

Nos Estados Unidos da América, diferentemente dos casos ibéricos – principalmente do espanhol, os indígenas não foram incorporados, mesmo que de forma subordinada, às 13 Colônias Inglesas da América do Norte, mas permaneceram exteriores a essas sociedades, relacionando-se externamente com elas, como aliados ou inimigos. Foi após a Independência dos EUA, em fins do século XVIII, que uma “questão indígena” se colocou de forma mais evidente, quando a expansão da população branca sobre as terras habitadas por povos nativos tornou-se mais incisiva. No período anterior, durante a colonização inglesa, essa expansão foi relativamente barrada pela Coroa britânica, que fomentava sistemas de acordos entre os colonos e os diversos grupos indígenas a respeito da ocupação das terras na região. Como destaca Leandro Karnal sobre o contexto da colonização, “o mundo inglês conviveria com o índio, mas sem amálgama.” (KARNAL, 2013, p. 62).

É, sobretudo, durante o século XIX que as questões em torno dos indígenas emergem. Nesse contexto, muitas “soluções” para o “problema” indígena foram levantadas, destacando-se propostas que iam desde a pura e simples destruição física dos nativos até a sua assimilação pela sociedade estadunidense, passando por projetos de proteção das terras indígenas ancestrais. Mas a proposta de maior aceitação, e a que foi de fato levada a cabo pelo departamento de assuntos indígenas, foi a chamada “política de remoção”, que retirava os indígenas de suas terras originárias e os levava à força para áreas extremamente distantes, de acordo com os interesses da sociedade branca. (ROBERTS Jr., 2010, p.3)¹

É contra esse panorama, que

perdurou até as primeiras décadas do século XX, que se pode entender a emergência do chamado “indigenismo estadunidense”, que ganhou maior força política a partir dos anos 30, durante o governo Franklin D. Roosevelt (1933-45), com a nomeação de John Collier (1884-1968), um dos mais combativos indigenistas do país, como Commissioner of Indian Affairs.

Nesse contexto a questão indígena estadunidense foi pensada a partir de um diálogo continental, inserida na lógica da Política de Boa Vizinhança, que oficialmente caracterizava as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Dessa política resultou a criação, em 1940, de um órgão de caráter continental, o Instituto Indigenista Interamericano (III), do qual John Collier – ao lado de outras lideranças indigenistas do continente, com destaque para o mexicano Moisés Sáenz – foi um dos idealizadores.

Justamente no órgão oficial do III, a revista *América Indígena*, se desenrolou, entre 1942 e 1945, uma intensa polêmica entre intelectuais estadunidenses em torno das ambíguas relações entre a preservação das culturas indígenas e a atuação indigenista, tal polêmica consiste no objeto de estudo do presente artigo.

Acreditamos que uma análise historiográfica da já mencionada polêmica indigenista estadunidense se faz importante, uma vez que, partindo do indigenismo, um tema que perpassa todo o continente americano, atuamos em favor da ruptura da clássica suposição de superioridade e “excepcionalidade” estadunidense, portanto ao enfatizarmos as áreas de contato buscamos contribuir com a noção de “transnacionalidade” (WEINSTEIN, 2012, p.13)

¹ Todas as traduções de obras em línguas estrangeiras são de autoria do autor deste artigo.

Objetivos

O principal objetivo da pesquisa foi produzir uma análise historiográfica da polêmica mencionada, buscando identificar as relações estabelecidas pelos intelectuais estadunidenses entre a discussão nacional e a temática indigenista continental.

A pesquisa buscou, ainda, explicitar a posição oficial de *América Indígena* frente à polêmica estadunidense, tendo em vista a manifestação oficial do diretor da publicação, o antropólogo mexicano Manuel Gamio, que dedicou o editorial da revista de janeiro de 1945 à polêmica estadunidense.

Resultados

Ao analisarmos a polêmica estadunidense em relação ao tema do indigenismo, percebemos que essa se desenvolveu a partir de três pontos específicos. Primeiramente a discussão foi centralizada em torno de um debate acerca da definição de índio. Posteriormente os intelectuais envolvidos na polêmica discorreram sobre a suposta relação entre as políticas indigenistas e o processo de aculturação das sociedades indígenas, juntamente com o quadro de paternalismo que supostamente se derivaria de tais políticas, e, por fim, a discussão desembocou em uma disputa acerca da autoridade científica sobre os assuntos indígenas.

O antropólogo estadunidense Sol Tax, em seu artigo “Relações étnicas na Guatemala”, publicado em outubro de 1942, em *América Indígena* (AI), argumenta, partindo de uma análise sobre a questão indígena na Guatemala – país onde ele havia desenvolvido estudos antropológicos – que ali o problema indígena não estaria relacionado com fatores raciais, uma vez que, na concepção de Tax, os indígenas do país centro-americano são caracterizados muito mais por fatores culturais (TAX, AI, 1942, vol. 4, p.44).

Ainda na concepção do antropólogo estadunidense, com base em seus estudos sobre o caso guatemalteco, um indivíduo com ascendência indígena, mas que aderiu à cultura e ao modo de vida europeu, já não seria considerado indígena naquele país, mas sim um “ladino”. Na Guatemala, a aculturação dos povos indígenas pelos costumes europeus culminou no surgimento desse novo grupo social, o dos ladinos (Idem, p. 45).

Tax, portanto, buscou criticar a ação indigenista intercontinental, alertando que a adoção de um programa indigenista baseado em aspectos raciais teria, na Guatemala, o efeito oposto, de potencialmente gerar uma questão racial inexistente (Idem, p.47). As considerações expostas no artigo do antropólogo Sol Tax desencadearam uma intensa polêmica com outros intelectuais estadunidenses, travada na revista *América Indígena*. O artigo citado de Tax apareceu publicado na revista já acompanhado de uma nota de rodapé, assinada por John Collier – comissário dos Assuntos Indígenas dos Estados Unidos e parte da Diretoria do Instituto Indigenista Interamericano –, na qual o mesmo rebatia os argumentos expostos pelo antropólogo.

Collier, em resposta a Tax defendeu que a diversidade dos fatores que caracterizam os povos indígenas seria insuficiente para negar a necessidade de implantação de medidas políticas voltadas a sanar parte das carências dessa população, tomada enquanto indígena, independentemente da conotação racial ou cultural envolvida nessa definição. (Idem, p.47)

Na edição seguinte da revista, publicada em janeiro de 1943, Robert Redfield, outro antropólogo estadunidense, participa da polêmica. Robert Redfield e Sol Tax possuíam uma relação de proximidade; Redfield foi o principal “assessor de pós-graduação” de Sol Tax na Universidade de Chicago (RUBINSTEIN, 2002, p.42). Suas pesquisas buscavam analisar o

primitivismo, almejando elucidar “o processo pelo qual homens primitivos se tornam civilizados” (STOCKING, 1976 apud RUBINSTEIN, 2002, p. 39). Redfield coordenou uma pesquisa na Guatemala, por meio da qual buscava entender as relações entre ladinos e indígenas; Sol Tax foi convidado a participar dessa pesquisa em 1934 (RUBINSTEIN, 2002, p. 41-42). Sendo retirada dessa experiência a base dos argumentos utilizados por Tax para criticar a atuação indigenista.

Dando continuidade à polêmica por meio de seu artigo intitulado “Comentários sobre o artigo de Tax”, no qual responde ao texto de John Collier, Redfield busca defender as concepções de seu colega antropólogo, concorda que um projeto social voltado a atender especificamente a população indígena se faz mais viável nos Estados Unidos do que na Guatemala, uma vez que nos EUA os indígenas constituem uma parcela pequena da população e se encontram “segregados”. Já na Guatemala, segundo Redfield, seria mais viável a implantação de um programa social geral, voltado a atender toda a população carente, independentemente de sua caracterização ou não como indígena (REDFIELD, AI, 1943 vol. 1, p. 83). O foco dos argumentos dos antropólogos Sol Tax e Robert Redfield era descaracterizar a ação indigenista intercontinental, argumentando que os países possuem suas particularidades no que tange às relações brancos-indígenas.

No entanto, o desenvolvimento da polêmica também mostra que essa se relacionava com as diferenças acerca da caracterização de indígena desenvolvida nos Estados Unidos, entendida como uma definição baseada no fator racial, em comparação com uma caracterização mais cultural, que era o caso da maioria dos países latino-americanos. É por meio do preconceito racial que podemos entender o isolamento criado entre a sociedade estadunidense autoidentificada como

branca e as populações indígenas, a adoção de políticas segregacionistas, como a política de remoção no contexto da expansão para o oeste (ROBERTS Jr., 2010, p. 8).

O mote para a implantação de políticas como a de remoção pode ser explicado pela ideia de superioridade da raça anglo-saxã, que identificava o indígena como incapaz de ser inserido na sociedade estadunidense. Essa concepção parece ter atingido seu ápice no final do século XIX e início do XX, ao encontrar um terreno fértil em teorias racialistas. (BLANCHETTE, 2006, p.190-91).

É a partir dessa experiência racista estadunidense que os antropólogos questionam a existência de propriamente um problema indígena no contexto latino-americano – a partir do caso da Guatemala –, já que os indígenas estão inseridos na mesma sociedade que os brancos, havendo assim, mais um problema de cunho social do que étnico-racial.

Outro aspecto da polêmica indigenista estadunidense girou em torno da crítica feita por Sol Tax à atuação dos indigenistas, ao destacar que haveria uma contradição em suas ambições. Na concepção de Tax os indigenistas possuíam objetivos conflitantes entre si, pois ao mesmo tempo em que pretendiam preservar a cultura indígena e destacar sua contribuição à formação de uma cultura nacional, buscavam melhorar as condições econômicas e sociais desses grupos, o que, na perspectiva de Tax, certamente acentuaria o processo de aculturação da cultura indígena. O antropólogo argumenta, por exemplo, que a própria educação, processo indispensável à melhoria da vida dos indígenas, seria um agente aculturador. (TAX, AI, 1942, vol. 4, p.46)

Já os indigenistas estadunidenses Emil J. Sady e John Collier – ambos ligados ao Instituto Indigenista Interamericano e figuras que travaram a polêmica com os antropólogos – entendiam a atuação indigenista dentro de

uma proposta integracionista, que diferentemente da assimilação dos povos indígenas à civilização ocidental defendia o reconhecimento dos grupos indígenas como unidades semiautônomas, mas, ao mesmo tempo, ligadas ao conjunto da nação e que enriqueceriam a cultura nacional. (AHLSTEDT, 2015, p. 1-3)

Com relação à questão apontada por Tax da educação como elemento aculturador das populações indígenas, Collier discordava dessa concepção. Enquanto comissário dos Assuntos indígenas dos Estados Unidos, direcionou parte de seus esforços a garantir o acesso dos povos indígenas à educação, buscando inclusive que as crianças indígenas pudessem frequentar escolas “em suas próprias reservas.” (ROBERTS Jr., 2010, p.16). Analisando parte das medidas que Collier enviou ao congresso americano em junho de 1934, conhecidas como Ato de Reorganização Indígena, podemos constatar que o comissário dos Assuntos indígenas buscou fomentar o acesso dos diferentes grupos indígenas à educação. Na seção de número 11 do referido documento, Collier propõe a concessão de empréstimos a indígenas para facilitar seu acesso a escolas profissionais e universidades. (The Indian Reorganization Act, 1934, sec.11)

À frente do Indian Affairs, Collier dirigiu as políticas da instituição dentro de uma lógica marcada pelas concepções de um “governo indireto”, que buscava dar autonomia aos grupos indígenas, procurando que “as estruturas sócio-políticas nativas fossem reforçadas” e possibilitando a formação de “governos tribais.” (BLANCHETTE, 2006, p.328) Acreditamos poder ilustrar a concepção de Collier sobre o governo indireto partindo da ideia de que as comunidades indígenas, dentro do sistema federal norte-americano, teriam autonomia de forma similar às autonomias dos estados, que possuem diferenças entre si, conservam suas particularidades e possuem certa autonomia em sua administração, sem

deixarem de compor o mesmo país. Assim, as populações indígenas seriam consideradas como unidades nacionais semiautônomas que, conservando suas particularidades culturais, enriqueceriam o conjunto nacional, na forma de uma espécie de federalismo cultural.

Como tem sido apontado por trabalhos historiográficos recentes, produzidos nos Estados Unidos, durante a gestão de Collier à frente do Departamento de Assuntos Indígenas a grande inspiração para as políticas públicas estadunidenses foi o indigenismo mexicano, entendido como herdeiro da Revolução de 1910 (AHLSTED, 2015, p.1-3). A admiração por parte de John Collier pelo indigenismo mexicano explica seu envolvimento desde o início no projeto de criação de um órgão indigenista de caráter continental – que veio a ser o Instituto Indigenista Interamericano –, gestado no final da presidência de Lázaro Cárdenas no México, sob influência direta do indigenismo mexicano. (GIRAUDO, 2011)

Podemos, portanto, perceber que as críticas de Sol Tax sobre a suposta relação paradoxal entre as pretensões indigenistas vão de encontro às concepções de John Collier, que, como analisamos acima, acreditava no equilíbrio entre a ação indigenista, buscando o melhoramento da condição econômica e social dos povos indígenas e a preservação da cultura indígena.

Outra crítica aos indigenistas foi levantada pelo também antropólogo Clifford Presnall, através de um “Memorando para o Sr. Collier”, publicado em *América Indígena* na edição de janeiro 1943. Presnall se envolve na discussão corroborando com as concepções de Sol Tax e faz um alerta com relação à implantação de políticas, como as indigenistas, que visam beneficiar um grupo específico, definido seja por um caráter étnico ou cultural. Segundo Presnall, tais políticas podem desembocar em um paternalismo, que seria prejudicial

às populações indígenas (PRESNALL, AI, 1943, vol.1 p.90). Presnall, portanto, em sintonia com as concepções de Tax faz um alerta para o suposto risco das políticas indigenistas culminarem na “fomentação do preconceito racial” (Idem, p. 90).

Em resposta às críticas dos antropólogos, os indigenistas questionaram o conhecimento dos mesmos sobre a questão indígena. A partir daí a polêmica se direciona para um debate acerca da autoridade científica sobre os assuntos indígenas. De um lado, os indigenistas criticaram os antropólogos como tendo “pouca experiência” para basear suas “profecias” sobre o futuro das sociedades indígenas (SADY, AI, 1943, vol. 1, p. 88). Do outro, os antropólogos Sol Tax e Robert Redfield defenderam a autoridade dos cientistas sociais (mais especificamente da Antropologia) em relação aos assuntos ligados às sociedades indígenas.

A discussão é intensificada com uma publicação de outro expoente do indigenismo estadunidense, também ligado ao Instituto Indigenista Interamericano, Emil J Sady, em um artigo, intitulado “Comentários ao artigo de Tax”, publicado na edição de janeiro de 1943 de *América Indígena*. Sady expressa uma opinião semelhante à de Collier, tece uma crítica aos argumentos de Sol Tax sobre aculturação e desintegração da cultura indígena e, também como Collier, não reconhece a autoridade do antropólogo em relação à questão indígena (SADY, AI, 1943, vol. 1, p. 88)

Podemos, portanto, analisar que a discussão, travada entre os indigenistas e os antropólogos, possui sua base nas relações entendidas como conflitantes entre o conhecimento teórico (acadêmico) e o conhecimento empírico (experiência), ou seja, entre a ciência e a aplicação prática. Os indigenistas, rejeitando noções de pureza científica, defendidas pelos antropólogos, buscaram priorizar uma aplicação prática das ciências sociais para melhorar efetivamente a condição de vida

dos povos indígenas. Como destacado pela historiadora Laura Giraudo (2011) essa foi a lógica norteadora da fundação do Instituto Indigenista Interamericano. (GIRAUDO, 2011, p.23-23)

O debate acabou suscitando a intervenção do próprio diretor do Instituto Indigenista Interamericano, o antropólogo mexicano Manuel Gamio, através de um editorial da publicação oficial do Instituto, a revista *América Indígena*. Nesse texto, intitulado: “Aplicações práticas das Ciências Sociais”, que abria a edição de janeiro de 1945, Gamio buscou conciliar os pontos de vista dos estadunidenses polemizantes, a fim de encerrar a discussão.

Manuel Gamio, que também era antropólogo de formação, defendeu que a Antropologia, enquanto Ciência Social deveria, sim, ter fins práticos, e não simplesmente ser motivada por objetivos acadêmicos (EDITORIAL, AI, 1945, vol. 1, p. 4). Gamio defende uma posição que pretende conciliar mudanças e permanências nas culturas indígenas. Em sua perspectiva, haveria aspectos em relação aos povos nativos – como “mortalidade”, “saúde” e “higiene” – para os quais só existiria uma solução e essa passaria pelo auxílio das ciências modernas. (Idem, p. 6)

Na compreensão de Gamio, como mostra Gonzalo Aguirre Beltrán (1990), cada cultura poderia ser dividida em dois campos, “o material e o intelectual” e as transformações em cada um desses campos “pode[ria]m ocorrer de forma independente”. Por esse “esquema mecanicista de cultura”, algumas das “características constitutivas” de uma determinada cultura poderiam ser “substituídas” pelas de outra, sem comprometer o conjunto da cultura modificada. Seria, portanto, tarefa do “investigador – administrador” (leia-se: indigenista) determinar quais os elementos culturais deveriam ser preservados ou substituídos. (BELTRÁN, 1990, p.155-156)

Sol Tax rebate os argumentos de Gamio, em seu artigo: “Antropologia e Administração”, também publicado na edição de janeiro de 1945. Tax, realizando uma crítica à ideia de Gamio de uma Antropologia Aplicada, defende que a Antropologia, enquanto ciência é imparcial e objetiva, sua principal finalidade consistiria no acúmulo de conhecimento acerca das civilizações, a fim de identificar padrões da ação humana. (TAX, AI, 1945, vol. 1, p. 24). Tax busca, assim, separar os campos científico e político. Em sua concepção, o cientista deve buscar solucionar problemas científicos e não sociais, pois tal tarefa seria de responsabilidade de administradores políticos e não de cientistas.

Novamente os argumentos de Sol Tax são criticados por Emil J. Sady. Em “Comentário ao artigo Antropologia e administração do Dr. Sol Tax”, publicado na edição seguinte de *América Indígena*, em abril de 1945, Sady argumenta que Tax não apresenta nenhuma prova ou argumento de que os problemas científicos e sociais são incompatíveis entre si (SADY, AI, 1945, vol. 2, p. 178).

Podemos, portanto, analisar que de fato, o que estava em embate eram duas visões de ciência e mais especificamente da Antropologia: uma, ligada à experiência mexicana pós-revolucionária, marcada pela necessidade de intervir na realidade social para modificá-la, o que culminou na chamada Antropologia Aplicada, que era defendida por Gamio (AGRUIRE BELTRÁN, 1990); outra, a visão tradicional de uma “ciência pura”, academicista, desvinculada de fins práticos.

Nesse sentido, os antropólogos buscaram descaracterizar o indigenismo enquanto um discurso “apolítico e científico”, o que, como destaca a historiadora Laura Giraudo (2011), era a pretensão do Instituto sob a direção de Gamio (GIRAUDO, 2011, p. 82). Isso explica porque uma polêmica, que a

princípio envolvia apenas autores estadunidenses acabou levando a um posicionamento oficial do Instituto Indigenista Interamericano, através da publicação do editorial por parte do diretor do Instituto.

Considerações Finais

Percebemos que um dos aspectos mais importantes da polêmica estadunidense em *América Indígena* girou em torno do debate acerca da autoridade científica sobre os assuntos indígenas. Entendemos que a polêmica foi tão forte – ao ponto de chegar a dar lugar à intervenção do próprio diretor do Instituto e da revista – justamente porque os antropólogos estadunidenses questionaram a base fundamental do Instituto Indigenista Interamericano, uma instituição que ainda estava em seu período de consolidação.

O Instituto foi fundado por meio do Congresso Indigenista Interamericano, realizado em 1940 na cidade mexicana de Patzcuaro. Tal congresso representou um “acordo” acerca das definições dos objetivos do indigenismo continental, que figuraria como uma “política especial” embasada no “conhecimento científico” e destinada a atender as carências de um “grupo particular da população”, os indígenas. (GIRAUDO, 2011, p.26).

É justamente a pretensão científica do Instituto que principalmente Sol Tax criticou. Em sua concepção a ciência não teria nenhuma relação com o “bem” ou o “mal”, sendo, portanto “amoral”. Nesse sentido, um pesquisador que buscasse solucionar problemas sociais por meio de sua pesquisa, não estaria fazendo ciência, mas sim política.

No entanto, mesmo após a publicação do editorial de Gamio a polêmica continuou, com a publicação do artigo: “Antropologia e Administração”, de Sol Tax, seguido pela resposta de Emil Sady. Assim, em 1945, a polêmica se encerra sem um consenso entre os

envolvidos.

A análise historiográfica que realizamos dessa polêmica permitiu observar a existência de um intenso debate intelectual acerca da reivindicação da autoridade científica sobre os assuntos indígenas não apenas nos Estados Unidos, mas no continente como um todo, no período em que foi criado o Instituto Indigenista Interamericano.

Outro aspecto importante repousa no contexto histórico em que a polêmica está inserida e, como destacado por Blanchette (2010), o grande apoio do governo federal dos Estados Unidos à fundação de um órgão indigenista de caráter continental, o que em muito se justifica pelo contexto da política de Boa vizinhança. Dentro dessa política, o indigenismo foi entendido como uma oportunidade de uma “aproximação diplomática” entre os Estados Unidos e os demais países do continente. (BLANCHETTE, 2010, p. 44). Nesse sentido, por meio do estudo da polêmica também pudemos observar como o indigenismo continental foi recebido fora do âmbito oficial, por parte dos meios acadêmicos estadunidenses, representados pelos antropólogos envolvidos na discussão.

Referências

- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Crítica Antropológica: Hombres e Ideias**. México: FCE, 1990.
- AHLSTEDT, Wilbert Terry. **John Collier and Mexico in the Shaping of U.S. Indian Policy: 1934-1945**. Faculty of The Graduate College of the University of Nebraska, Lincoln, Nebraska, 2015 (Dissertation of Doctorate), 362 pág. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1082&context=historydi>> (Acesso em: 20/01/2017)
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Cidadãos e Selvagens: Antropologia Aplicada e Administração Indígena nos Estados Unidos, 1880-1940**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2006, (Tese de doutorado), 547 p.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. La antropología aplicada y la administración indígena em los Estados Unidos: 1934-1945. Rio de Janeiro, 2010. México: **Desacatos**, n. 33, mayo-agosto 2010, p. 33-52.
- GIRAUDO, Laura, SÁECHEZ, Juan Martín. **La ambivalente historia del indigenismo: Campo interamericano y trayectorias nacionales 1940-1970**. 2011.
- KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI** São Paulo: Contexto, 2013, p. 23-98.
- ROBERTS Jr., Preston. The Indian New Deal: and why it was needed. Pro Seminar, University of South Florida, 2010. Disponível em: <<http://legacy.usfsm.edu/academics/cas/capstone/20092010/history/roberts%20%20the%20indian%20new%20deal%20and%20why%20it%20was%20needed.pdf?from=404>> (Acesso em: 10/03/2017)
- RUBINSTEIN, Robert A. **Doing Fieldwork**. New Branswick, Estados Unidos. 2002.
- THE INDIAN REORGANIZATION ACT. Wheeler-Howard Act. Estados Unidos. 1934, sec.11. Disponível em: <<http://www.unco.edu/middleground/assets/pdfs%20-%20docs/The%20Indian%20Reorganization%20Act%201934.doc>> (Acesso em: 18/06/2017)
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. **Aletheia**, revista de la maestría en Historia y Memoria de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina, vol. 3, n° 6, julho de 2013, p. 13. Disponível em <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-6/pdfs/Weinstein-ok.pdf>>. (Acesso em: 20/08/2017)